

Dúvidas quanto ao ajuste fiscal

por Fernando Dantas
de Washington

Existe preocupação no Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o componente de ajuste fiscal do Plano Collor. Segundo apurou este jornal, o programa de estabilização econômica do novo governo brasileiro foi visto pelo FMI como radical, mas com a consistência dependente do impacto do ajuste fiscal, que até agora é considerado de avaliação quase impossível.

O Fundo praticamente só obteve informações sobre o Plano Collor através da imprensa. Às vésperas

do programado primeiro encontro entre a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do FMI, Michel Candessus, previsto para hoje, em Washington, as dúvidas sobre o programa brasileiro de estabilização ainda são maiores do que as conclusões.

Outro ponto sobre o qual há incerteza no FMI é quanto à aprovação do programa econômico pelo Congresso brasileiro. Por isso, uma avaliação mais definitiva do Fundo sobre o plano não ocorrerá antes do dia 15 de abril, quando termina o prazo de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso. A escolha de Clodoaldo Hugueney como negociador da dívida externa brasileira foi bem recebida pelo FMI.

Duas preocupações básicas vêm norteando crescentemente a atuação do FMI em relação à dívida externa do Terceiro Mundo.

A primeira, já consolidada há algum tempo, é a de que o pagamento da dívida não pode ser feito às custas da queda da renda per capita e do volume de investimentos do país deve-

dor. A outra preocupação do Fundo, de desenvolvimento um pouco mais recente, é a proliferação de atrasos no pagamento do serviço das dívidas externas. Existe um sério receio de que os crescentes volumes de juros atrasados minem o sistema financeiro internacional através de um desgaste moral de atividade de crédito.

Apesar disso o FMI vem mantendo a modificação na sua política de crédito, implementada no ano passado, no sentido de se examinar caso a caso a possibilidade de se fechar acordos com países inadimplentes com os bancos privados, desde que exista uma perspectiva racional de que esse acordo contribua para gerar financiamento no volume adequado ao ajuste econômico do país em questão. A diferença é que antes o financiamento tinha de estar garantido "a priori", como pre condição para que o FMI fechasse o acordo.

Essa modificação visou tirar o Fundo da posição incômoda de ter que pressionar governos para que priorizem o pagamento de juros, e bancos que aumen-

tem os fundos postos à disposição de países endividados, para que esses levem a cabo seus programas de ajuste. Por outro lado, a possibilidade de fechar acordos com países que não estão em dia com o serviço de suas dívidas é uma abertura delicada na posição do Fundo de considerar a atual proliferação de atrasos como inaceitável.

Um caso sensível que obviamente se colocará para o FMI ainda em 1990 é o brasileiro. Apesar da possibilidade teórica de que o País possa fechar um acordo, mesmo com a interrupção do serviço da dívida, não existe nenhuma indicação de que o Fundo aja nesse sentido, já que as análises são feitas caso a caso. A importância do Brasil dentro do contexto geral da crise da dívida externa do Terceiro Mundo deve ser um dos fatores que se levará em consideração antes que o FMI tome qualquer decisão. No sistema financeiro privado americano existe pessimismo e ansiedade em relação ao caso brasileiro, com a expectativa de que o governo Collor endureça os termos da renegociação.